



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

YURI GABRIEL CAMPOS LIRA

**DIPLOMACIA DIGITAL E O METAVERSO: A REINVENÇÃO DE TUVALU NO
CENÁRIO INTERNACIONAL**

**JOÃO PESSOA
2025**

YURI GABRIEL CAMPOS LIRA

**DIPLOMACIA DIGITAL E O METAVERSO: A REINVENÇÃO DE TUVALU NO
CENÁRIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Me. Vanessa Horacio Lira

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

L768d Lira, Yuri Gabriel Campos.
Diplomacia digital e o metaverso: a reinvenção de tuvalu no cenário internacional [manuscrito] / Yuri Gabriel Campos Lira. - 2025.
40 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Ma. Vanessa Horácio Lira, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

1. Diplomacia digital. 2. Tuvalu. 3. Metaverso. 4. Soberania digital. 5. Mudança climática. I. Título

21. ed. CDD 327.2

YURI GABRIEL CAMPOS LIRA

**DIPLOMACIA DIGITAL E O METAVERSO: A REINVENÇÃO DE TUVALU NO
CENÁRIO INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de bacharelem Relações Internacionais.

Aprovada em: 02/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

Vanessa Horácio Lira (***.094.054-**), em **11/06/2025 19:27:50** com chave
4ecd5d26471311f08a041a7cc27eb1f9.

José Francelino Galdino Neto (***.913.924-**), em **11/06/2025 20:24:36** com chave
3cf2e9f6471b11f0897a1a7cc27eb1f9.

Elze Camila Ferreira Rodrigues (***.956.564-**), em **12/06/2025 10:35:48** com
chave
2676577c479211f0b33506adb0a3afce.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura
do QRCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/
autenticar_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 13/06/2025

Código de Autenticação: 7cd528



“A diplomacia digital é a nova fronteira da política internacional.” — Simon Kofe.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Projeção mostra a elevação no nível do mar em Funafuti, capital de Tuvalu, no ano de 2024.....	15
Figura 2 –	Projeção mostra impacto da elevação no nível do mar em Funafuti, capital de Tuvalu, no ano de 2100.....	15
Figura 3 –	Página inicial do site oficial de tuvalu (tuvalu.tv).....	16
Figura 4 –	Comparativo da extensão territorial de tuvalu com a cidade de borborema (PB)	18
Figura 5 –	Comparativo da extensão territorial de tuvalu com o estado do mato grosso (MT)	18
Figura 6 –	Comparativo populacional entre tuvalu e o distrito de marsilac (SP)	19
Figura 7 –	Abordagem de informática social para compreender a interação entre tecnologias digitais e diplomacia pública	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de engajamento entre vídeos publicados por Simon Kofe e o <i>The Guardian</i> durante as COP26, COP27 e COP28	26
Tabela 2 – Análise de sentimento dos comentários mais curtidos dos vídeos do <i>The Guardian</i> nas COP26 e COP27	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOSIS - Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Alliance of Small Island States)

COP - Conferência das Partes (Conference of the Parties)

ESRI - Environmental Systems Research Institute

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change)

ONU - Organização das Nações Unidas

ZEE - Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2. A LUTA DE TUVALU POR RECONHECIMENTO E CONTINUIDADE ESTATAL	12
2.1 Impacto da Elevação do Nível do Mar	13
2.2 Ativismo Climático de Tuvalu	15
3. DIPLOMACIA DIGITAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	20
3.1 Origens e Definições da Diplomacia Digital.....	21
3.2 Ferramentas e Práticas Digitais	23
3.3 Oportunidades e Limites	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

DIPLOMACIA DIGITAL E O METAVERSO: A REINVENÇÃO DE TUVALU NO CENÁRIO INTERNACIONAL

DIGITAL DIPLOMACY AND THE METAVERSE: TUVALU'S REINVENTION IN THE INTERNATIONAL ARENA

Yuri Gabriel Campos Lira¹

RESUMO

Este trabalho examina as estratégias adotadas por Tuvalu diante da ameaça existencial causada pelas mudanças climáticas, focalizando o uso da diplomacia digital e do metaverso. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, envolvendo revisão bibliográfica, estudo de caso do projeto de “nação digital” de Tuvalu e análise de discurso de pronunciamentos oficiais em conferências climáticas (COP26 e COP27). Também foram examinados os comentários do público em vídeos relacionados, veiculados por mídias de alcance global, incluindo análise de sentimento dos comentários nos vídeos do *The Guardian*. Os resultados indicam que o uso do metaverso e das plataformas digitais amplia a visibilidade internacional de Tuvalu e fortalece sua narrativa diplomática, mas enfrenta limitações importantes: falta de reconhecimento jurídico da soberania digital, dependência de infraestrutura tecnológica e desigualdades de acesso. Conclui-se que, embora não substituam soluções concretas para a crise climática, as estratégias de diplomacia digital constituem uma via de resistência e adaptação para Estados pequenos em extrema vulnerabilidade, desafiando os paradigmas tradicionais das Relações Internacionais.

Palavras-Chave: diplomacia digital; metaverso; Tuvalu; soberania digital; mudança climática.

ABSTRACT

This study examines the strategies adopted by Tuvalu in response to the existential threat posed by climate change, focusing on the use of digital diplomacy and the metaverse. A qualitative, exploratory research approach was employed, involving a literature review, a case study of Tuvalu's “digital nation” project, and discourse analysis of official statements delivered at climate conferences (COP26 and COP27). Public comments on related videos circulated by global media outlets were also analyzed, including a sentiment analysis of comments on videos published by *The Guardian*. The findings indicate that the use of the metaverse and digital platforms enhances Tuvalu's international visibility and strengthens its diplomatic narrative. However, significant limitations persist: the lack of legal recognition of digital sovereignty, dependence on technological infrastructure, and inequalities in access. The study concludes that, although these strategies do not replace concrete solutions to the climate crisis, digital diplomacy represents a form of resistance and adaptation for small, highly vulnerable states, challenging traditional paradigms of International Relations.

Keywords: digital diplomacy; metaverse; Tuvalu; digital sovereignty; climate change

¹Yuri.lira@aluno.uepb.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Diplomacia Digital tem emergido como uma estratégia central na atuação internacional dos Estados, especialmente em um contexto marcado pela crescente interdependência tecnológica e pela transformação dos meios de comunicação global. Ao incorporar recursos como redes sociais, inteligência artificial e, mais recentemente, o metaverso, essa modalidade diplomática amplia significativamente as possibilidades de projeção de poder, construção de imagem e engajamento com múltiplos públicos. Mais do que um simples uso instrumental das tecnologias, a Diplomacia Digital implica uma reconfiguração das práticas tradicionais, ao integrar mídias digitais à gestão da informação, à diplomacia pública, ao planejamento estratégico e à negociação internacional (Bjola; Holmes, 2015). Diante da expansão acelerada desses ambientes virtuais, torna-se fundamental compreender os fundamentos conceituais e operacionais que estruturam esse novo cenário, no qual a presença digital dos Estados adquire contornos cada vez mais complexos e politicamente relevantes.

Nesse contexto, Park e Kin (2022) conceituam o metaverso como um termo composto que remete à ideia de ir além do universo físico, representando um ambiente virtual tridimensional onde as pessoas, por meio de avatares, participam de interações políticas, econômicas, sociais e culturais (Park; Kin, 2022). Tal ambiente, ao integrar a lógica da conectividade persistente com a imersão tecnológica, apresenta-se como um novo território simbólico e estratégico para a atuação internacional dos Estados, especialmente daqueles que enfrentam desafios existenciais, como os decorrentes das mudanças climáticas.

Exemplos notáveis incluem o uso de redes sociais por líderes políticos para a construção de narrativas internacionais e a incorporação de ambientes virtuais em reuniões multilaterais. Essas práticas evidenciam como os espaços digitais estão se consolidando como arenas legítimas de atuação diplomática e geopolítica. Nesse mesmo movimento, o metaverso, que até então era predominantemente um reino voltado para jogos online, começa a ser ressignificado. Avanços tecnológicos recentes levaram países como Japão, Coreia, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Turquia a iniciar a elaboração de planos ambiciosos para construir seus próprios metaversos nacionais, demonstrando o interesse estratégico em dominar esse novo território digital (Bjola, 2023).

No contexto de Tuvalu, um pequeno Estado insular do Pacífico ameaçado pela elevação do nível do mar, essas ferramentas emergem como possíveis soluções para garantir sua visibilidade e soberania no cenário internacional. A crescente vulnerabilidade de Tuvalu diante das mudanças climáticas levanta questões sobre sua continuidade como Estado reconhecido internacionalmente. Com uma população reduzida e recursos limitados, o país tem investido na

diplomacia digital como meio de amplificar sua voz e pressionar por ações climáticas mais efetivas. O projeto de migração digital de Tuvalu para o metaverso, anunciado em 2022, simboliza essa estratégia ao buscar preservar sua identidade nacional, cultural e jurídica diante da ameaça iminente de submersão territorial. Essa iniciativa ganhou projeção global com o lançamento de um vídeo intitulado *Te Ataeao Nei (Futuro Agora, em português)*, divulgado por Simon Kofe — então ministro da Justiça, Comunicação e Relações Exteriores — durante a COP27, (Conferência das Partes). A imagem de um Estado insular existindo unicamente no metaverso viralizou, representando um futuro possível para nações vulneráveis às mudanças climáticas (Rothe, 2024).

No entanto, essa abordagem apresenta desafios significativos: as limitações tecnológicas, a desigualdade no acesso a essas plataformas e a relutância do sistema internacional em reconhecer plenamente a soberania digital como equivalente à soberania física. Este trabalho argumenta que a diplomacia digital pode representar uma alternativa relevante para garantir a continuidade política de Tuvalu, ainda que enfrente barreiras estruturais e tecnológicas. Por isso, analisam-se as dinâmicas da diplomacia digital e as condições objetivas e legais de sua implementação, questionando até que ponto essas estratégias digitais podem preservar a soberania de um Estado à beira da submersão. A análise desse questionamento passa pela compreensão das dinâmicas da diplomacia digital, das barreiras estruturais à implementação dessas estratégias e da viabilidade jurídica da governança digital como mecanismo de continuidade estatal.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa exploratória, combinando revisão bibliográfica, estudo de caso (focado no projeto de migração digital de Tuvalu) e análise de discurso. Os principais referenciais teóricos deste trabalho são Bjola e Holmes (2015), cujas contribuições foram fundamentais para a compreensão da diplomacia digital como uma prática estratégica por meio da qual os Estados constroem narrativas, legitimidades e identidades no cenário internacional. Para os autores, o discurso desempenha papel central na formulação das ações diplomáticas, operando não apenas como meio de comunicação, mas como instrumento ativo na produção da realidade política contemporânea.

Os discursos selecionados para análise — pronunciamentos de Simon Kofe em eventos internacionais, como as COP26 e COP27, e os comentários mais curtidos em vídeos veiculados por canais como o *The Guardian* — foram escolhidos por sua relevância simbólica, circulação global e potencial de revelar as formas pelas quais a diplomacia digital de Tuvalu é performada e percebida. A análise foca nos aspectos simbólicos, afetivos e estratégicos dessas mensagens,

buscando compreender como o metaverso é mobilizado como recurso de resistência, visibilidade e reinvenção estatal diante da ameaça existencial da crise climática.

A escassez de estudos no Brasil sobre a relação entre diplomacia digital, metaverso e soberania estatal evidencia a necessidade de aprofundamento desse tema no campo das Relações Internacionais. O avanço tecnológico tem transformado as interações políticas globais, e a experiência de Tuvalu pode fornecer elementos para repensar o papel das ferramentas digitais na preservação da identidade e continuidade dos Estados. Além disso, compreender os limites e possibilidades dessas estratégias contribui para o debate sobre o futuro das normas internacionais em um contexto de crescente digitalização das relações diplomáticas.

A estrutura do trabalho está organizada em dois capítulos centrais. O primeiro capítulo, intitulado “*A luta de Tuvalu por reconhecimento e continuidade estatal*”, contextualiza a vulnerabilidade do país frente à elevação do nível do mar e investiga as estratégias diplomáticas emergentes adotadas pelo governo tuvaluano. O segundo capítulo, “*Diplomacia digital e Relações Internacionais*”, explora os fundamentos teóricos e práticos da diplomacia digital, com especial atenção ao uso do metaverso como ferramenta de projeção internacional e preservação simbólica da soberania. Ao longo da análise, busca-se refletir criticamente sobre os limites e as potencialidades dessas inovações tecnológicas como respostas a desafios que transcendem os modelos tradicionais de soberania e representação estatal. Nesse sentido, este trabalho se propõe a contribuir para o debate contemporâneo sobre o papel das tecnologias digitais na reconfiguração das Relações Internacionais em um mundo marcado por crises ambientais e transformações geopolíticas profundas.

2. A LUTA DE TUVALU POR RECONHECIMENTO E CONTINUIDADE ESTATAL

A crise climática representa um dos principais desafios existenciais enfrentados pelos pequenos Estados insulares no século XXI, afetando de maneira direta sua sobrevivência física, sua identidade nacional e seu papel nas relações internacionais. Tuvalu, um arquipélago localizado no Pacífico Sul, exemplifica de forma aguda essa situação. A elevação contínua do nível do mar coloca em risco o próprio território do país, o que obriga seu governo e sua população a desenvolver estratégias diplomáticas inovadoras para manter sua presença no sistema internacional. Este capítulo irá examinar o contexto de vulnerabilidade ambiental em que Tuvalu se insere, bem como analisar como a crise climática tem impulsionado novas práticas diplomáticas voltadas para a preservação da soberania e da continuidade estatal.

Para aprofundar essa reflexão, a análise será organizada em duas partes principais. A primeira abordará a gravidade dos efeitos ambientais provocados pela elevação do nível do mar sobre Tuvalu, bem como as consequências desse fenômeno para o seu reconhecimento jurídico no cenário internacional. Em seguida, será examinada a atuação diplomática do país, com ênfase nas iniciativas adotadas para ampliar sua visibilidade global e enfrentar a ameaça existencial que enfrenta. Busca-se, assim, compreender como Tuvalu tem mobilizado sua condição de vulnerabilidade para se posicionar como um ator ativo na arena internacional, na defesa de seus direitos e de sua identidade diante do colapso ambiental.

2.1 Impacto da Elevação do Nível do Mar

A crise climática emergiu como um eixo central na diplomacia dos pequenos Estados insulares, com Tuvalu, destacando-se como um caso emblemático dessa realidade. Composto por 9 ilhas e aproximadamente 12.000 habitantes, o país enfrenta ameaças existenciais devido ao aumento do nível do mar. Caso nenhuma ação efetiva seja implementada nos próximos anos, estima-se que Tuvalu poderá desaparecer sob o oceano até o final deste século. Esse cenário alarmante é respaldado por dados do Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que aponta um aumento de aproximadamente 20 centímetros no nível médio global do mar entre 1901 e 2018 — um número que, embora pareça pequeno, representa uma mudança devastadora para territórios tão frágeis. Ilhas de baixa altitude e regiões costeiras, como Tuvalu, Maldivas e Ilhas Salomão, estão entre as mais ameaçadas por esse avanço do mar, sendo consideradas as principais vítimas do aquecimento global (Kuang, 2016, p.504).

Figura 1 - Projeção mostra a elevação no nível do mar em capital de Tuvalu, Funati no de 2024;



Figura 2 - Projeção mostra impacto de elevação no nível do mar em capital de Tuvalu, Funati no ano de 2100;



Fonte: MESSIAS, 2024.

A partir desse cenário, a mídia internacional passou a representar Tuvalu como o primeiro país que poderia gerar os chamados “refugiados climáticos”. Contudo, pesquisadoras como Carol Farbotko e Heather Lazrus argumentam que essa narrativa simplifica excessivamente a realidade e desconsidera o protagonismo da população local. Em suas análises, elas enfatizam que os tuvaluanos não se limitam a aceitar passivamente a ameaça climática, mas têm reagido com resiliência, buscando soluções para preservar seu território, sua cultura e sua identidade nacional (Farbotko; Lazrus, 2012). Assim, ao invés de serem vistos apenas como vítimas do clima, os habitantes de Tuvalu têm se posicionado ativamente na defesa de seu futuro.

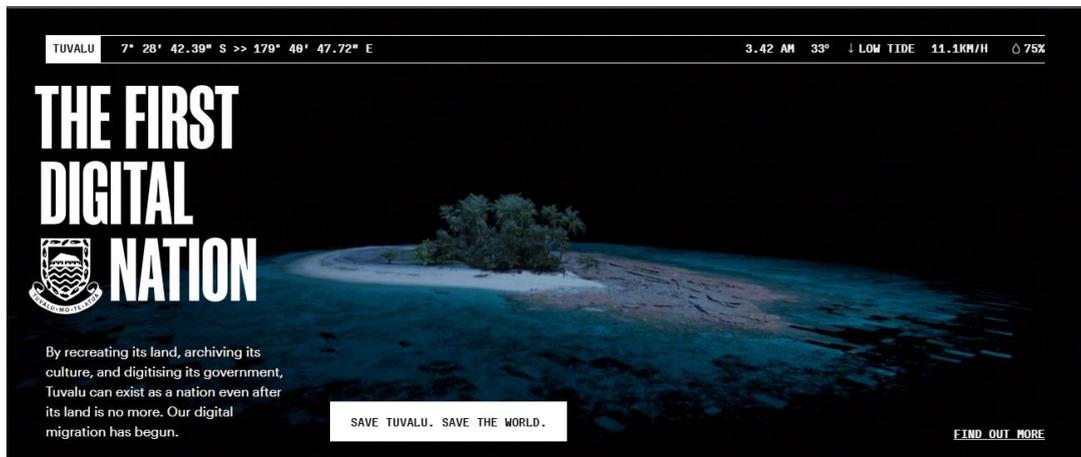
Esse protagonismo se reflete nas ações do próprio governo, que tem adotado estratégias diplomáticas inovadoras para assegurar sua visibilidade e sobrevivência no cenário internacional. Em 2022, o Ministro das Relações Exteriores de Tuvalu, Simon Kofe, anunciou planos para criar uma versão digital do país no metaverso, visando preservar sua cultura e soberania diante da possível submersão física das ilhas. Kofe declarou:

À medida que nossa terra desaparece, não temos escolha a não ser nos tornar a primeira nação digital do mundo. Nossa terra, nosso oceano, nossa cultura são os ativos mais preciosos do nosso povo. E para mantê-los a salvo de danos, não importa o que aconteça no mundo físico, vamos movê-los para a nuvem (Euronews, 2022).

A iniciativa de estabelecer uma "nação digital" no metaverso por parte de Tuvalu reflete uma estratégia deliberada para assegurar a continuidade das funções estatais, mesmo diante da possibilidade de perda territorial. Esse esforço inclui a digitalização de serviços essenciais, como a emissão de passaportes eletrônicos e a realização de eleições pela internet. De acordo com Rothe, esse processo envolve a implementação de atividades em plataformas digitais adequadas, visando à criação de um sistema administrativo virtual. Em uma situação extrema,

essa infraestrutura permitiria que o governo de Tuvalu continuasse a exercer suas funções e a prestar serviços públicos a uma população dispersa pelo mundo (Rothe, 2024).

Figura 3 - Página inicial do site oficial de Tuvalu



Fonte: Tuvalu, 2025. Disponível em: <https://www.tuvalu.tv/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

A imagem inserida, retirada do site oficial da campanha digital de Tuvalu, materializa visualmente a proposta de preservação identitária e soberana no ambiente virtual. Ao acessá-lo, o visitante se depara com uma introdução composta por três frases impactantes: “O aumento do nível do mar engolirá Tuvalu em questão de décadas. [pausa] O que acontece com um país sem território? [pausa] Onde chamaremos de lar?”. Logo após, é exibida a página principal com o título “A primeira nação digital”, trazendo a imagem de uma pequena ilha desabitada — Te Afualiku Islet — cercada por areia e palmeiras, sobre um fundo escuro (Rothe, 2024). Essa ilha, a menor do arquipélago, foi a primeira a ser digitalmente reconstruída por estar entre as mais vulneráveis ao avanço do mar. Essa iniciativa mostra o quanto a situação de Tuvalu é séria e, coloca o país como um dos primeiros a usar a diplomacia digital — ou seja, o uso das tecnologias digitais e das plataformas online para representar interesses nacionais e se engajar nas relações internacionais (Bjola, 2023) — para buscar soluções criativas para problemas nunca enfrentados antes.

2.2 Ativismo Climático de Tuvalu

“Essa é apenas uma das três iniciativas que compõem o Projeto Futuro Agora”, afirmou Kofe à Agência Pública, referindo-se à proposta de transformar Tuvalu na primeira nação digital do mundo. Antecipando o pior cenário — o desaparecimento físico das ilhas sob as águas do Pacífico —, o ministro explica que outras duas ações precisam ser realizadas antes (Apública, 2025). A primeira possui um caráter mais filosófico e busca integrar os valores

tradicionais tuvaluanos — como a vida comunitária, a responsabilidade compartilhada e a boa convivência — à atuação diplomática do país frente às mudanças climáticas. Por conseguinte, a segunda iniciativa está diretamente conectada aos esforços diplomáticos que o país tem adotado para garantir que Tuvalu continue sendo reconhecido como um Estado soberano, com todos os seus direitos e fronteiras marítimas, independentemente da possível perda física de seu território (Apública, 2025), sendo justamente nessa iniciativa que este trabalho irá se concentrar.

Nesse contexto, a situação de Tuvalu desafia os critérios clássicos de definição estatal estabelecidos pela Convenção de Montevideu de 1933 sobre os Direitos e Deveres dos Estados, que determina quatro elementos essenciais para o reconhecimento de um Estado: população permanente, território definido, governo e capacidade de manter relações com outros Estados. A possível submersão das ilhas de Tuvalu levanta, portanto, questões profundas sobre a manutenção de sua soberania e dos direitos sobre sua vasta Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que abrange mais de 900 mil km² (Kitara, 2019).

Para facilitar a compreensão da dimensão territorial e demográfica de Tuvalu — frequentemente invisibilizada nas discussões internacionais —, os gráficos a seguir comparam suas métricas com localidades brasileiras de diferentes escalas. Através dessas comparações, busca-se tornar mais tangível a realidade geopolítica do país: um território físico extremamente reduzido, comparável a pequenas cidades brasileiras, mas com uma ZEE de proporções continentais. Tal disparidade entre o tamanho físico e a importância estratégica marítima de Tuvalu reforça a complexidade das discussões sobre soberania e permanência estatal em contextos de desaparecimento territorial.

Figura 4 - Comparativo da extensão territorial de Tuvalu com a cidade de Borborema (PB)

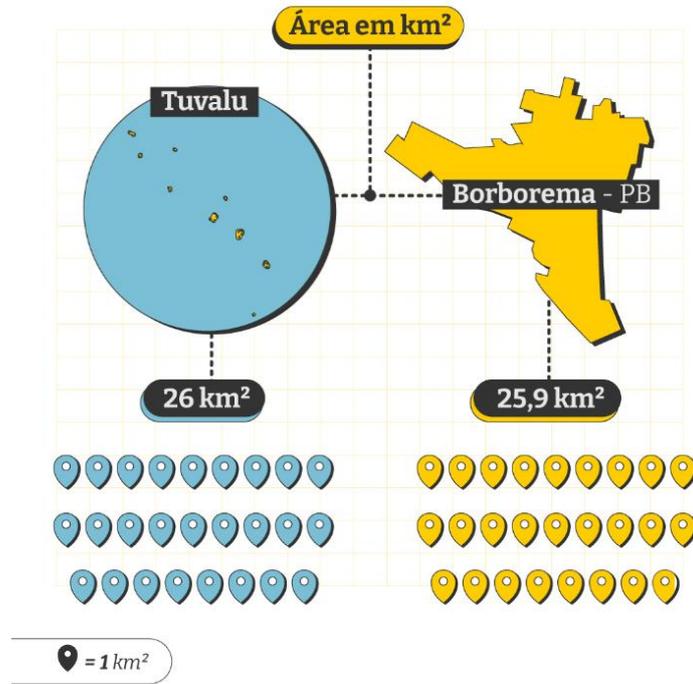


Figura 5 - Comparativo da extensão territorial de Tuvalu com o estado do Mato Grosso (MT)

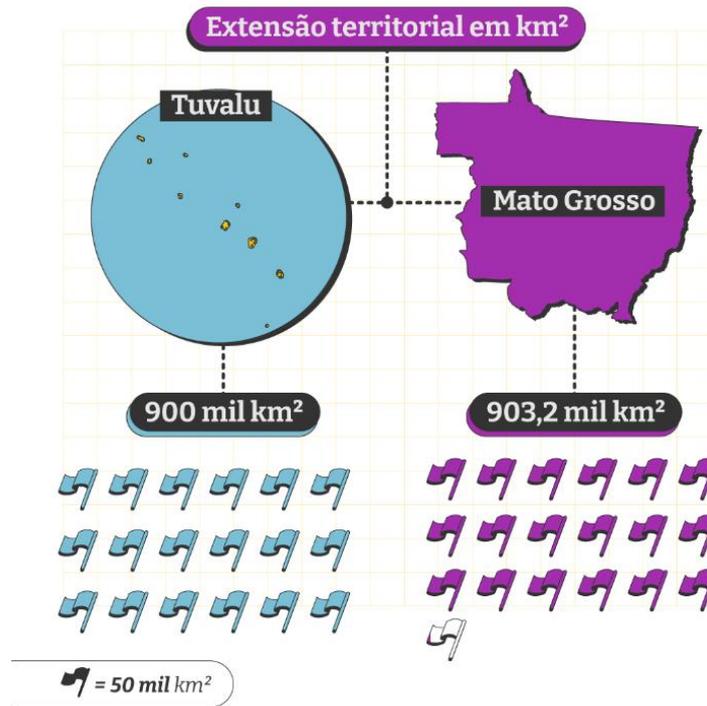
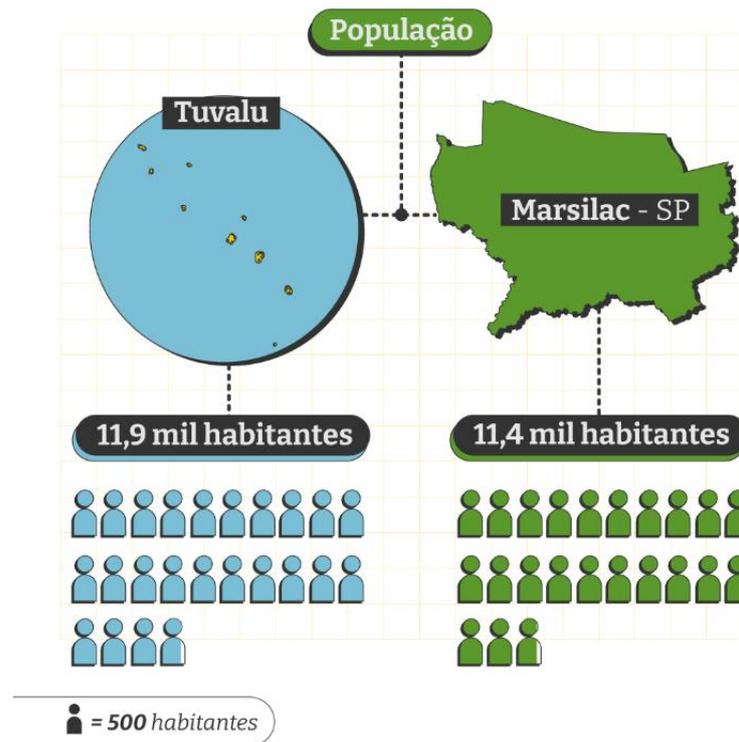


Figura 6 - Comparativo populacional entre Tuvalu e o distrito de Marsilac (SP)



Fonte: APÚBLICA. Tuvalu: a distopia digital do país em naufrágio - Outras Palavras. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/tuvalu-a-distopia-digital-do-pais-em-naufragio/?utm_source. Acesso em: 13 abr. 2025.

Como evidenciado nas comparações apresentadas, Tuvalu possui um território físico extremamente limitado, o que o torna ainda mais vulnerável frente aos impactos da elevação do nível do mar. Essa fragilidade espacial torna-se especialmente crítica quando se considera que a integridade do território é fundamental para a definição das linhas de base arquipelágicas — pontos de referência essenciais para a delimitação do mar territorial e da Zona Econômica Exclusiva. A perda do território físico poderia comprometer os pontos usados para traçar as linhas de base arquipelágicas, afetando diretamente os limites do mar territorial e os direitos associados (Kitara, 2019).

Nesse cenário de crescente insegurança territorial e jurídica, a atuação de organismos multilaterais torna-se fundamental para garantir a continuidade dos direitos marítimos das nações insulares ameaçadas. Um exemplo importante é a postura adotada pelos líderes da Commonwealth — uma organização intergovernamental composta por 56 países que compartilham laços históricos e culturais, principalmente oriundos do antigo Império Britânico, com o objetivo de promover valores comuns e cooperação mútua (Rocha et al., 2022) —, declararam que as fronteiras marítimas de nações ameaçadas devem permanecer inalteradas. Essa postura da Commonwealth ganha ainda mais força com a recente adoção da Declaração

Oceânica de Apia para um Futuro Comum Resiliente, na qual os 56 países-membros reafirmam o compromisso coletivo com a proteção dos oceanos e, crucialmente, reconhecem a legitimidade das fronteiras marítimas de nações ameaçadas pela elevação do nível do mar (Commonwealth, 2023).

Além do respaldo simbólico e político oferecido por organismos multilaterais como a Commonwealth, Tuvalu tem articulado iniciativas concretas no âmbito jurídico e diplomático para assegurar sua continuidade como Estado soberano. O ex-ministro das Relações Exteriores, Simon Kofe, defende que os direitos territoriais de Tuvalu podem ser preservados com base no Direito Internacional Consuetudinário — um corpo normativo não codificado em tratados, mas legitimado pela prática reiterada e aceita pelos Estados como juridicamente vinculante (Kofe, 2021).

Em um movimento inédito, o país consagrou, em 2023, uma nova definição de Estado em sua Constituição, afirmando que “o Estado de Tuvalu, dentro de seu arcabouço histórico, cultural e jurídico, permanecerá perpetuamente no futuro, não obstante os impactos das mudanças climáticas ou outras causas que resultem na perda do território físico de Tuvalu” (Tuvalu, 2023). Essa formulação pioneira, a primeira do tipo no mundo, tem obtido respaldo internacional e até o momento, doze nações assinaram comunicados conjuntos reconhecendo legalmente essa nova definição de Estado. Como ressaltado por Kofe (2023), cada assinatura representa um gesto concreto de proteção à soberania de Tuvalu e de reafirmação do seu lugar no cenário internacional.

Paralelamente às interpretações jurídicas sobre a crise existencial de Tuvalu, também têm sido implementadas medidas pragmáticas de adaptação. Em novembro de 2023, Tuvalu e Austrália assinaram um tratado inédito — a chamada União Falepili — pelo qual 280 cidadãos tuvaluanos passarão a receber, anualmente, residência permanente em território australiano. Em troca, a Austrália adquire influência direta sobre os acordos de segurança firmados por Tuvalu com terceiros países, o que revela os desdobramentos geopolíticos implicados nas estratégias de sobrevivência adotadas pela pequena nação insular (Rothe, 2024).

Essa busca por parcerias estratégicas, como no caso com a Austrália, insere-se em um movimento mais amplo, que inclui também a colaboração entre pequenos Estados insulares na construção de respostas coletivas frente aos desafios climáticos e geopolíticos. A Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) é um exemplo dessa cooperação, funcionando como uma plataforma estratégica para que essas nações articulem suas preocupações e reivindicações diante dos efeitos das mudanças climáticas. Em conferências como a COP29, realizada em

Baku, Azerbaijão, a AOSIS desempenhou um papel crucial ao pressionar por compromissos financeiros mais robustos dos países desenvolvidos.

Entretanto, os resultados ficaram aquém das expectativas, conforme reportado pelo artigo publicado pelo *The Guardian* (2024),

[...] a cúpula da ONU em Baku, na COP29, nações ricas e pobres concordaram com um acordo de financiamento climático de US\$ 1,3 trilhão para apoiar países em desenvolvimento na transição para economias de baixo carbono e mitigação dos impactos das mudanças climáticas até 2035. No entanto, apenas US\$ 300 bilhões desse montante virão como subsídios e empréstimos de baixo custo dos países desenvolvidos, enquanto os fundos restantes devem ser arrecadados por meio de investimentos privados e outras fontes potenciais (Harvey et al., 2024).

Essa disparidade entre promessas e compromissos efetivos reforça o papel crucial da solidariedade entre pequenos Estados insulares, que, mesmo diante de compromissos limitados das grandes potências, seguem articulando esforços coletivos em defesa da justiça climática no cenário internacional.

Diante do cenário crítico imposto pelas mudanças climáticas, torna-se imperativo que pequenos Estados como Tuvalu reinventem suas práticas diplomáticas, superando os limites físicos e institucionais que historicamente definiram sua atuação internacional. A interseção entre a emergência ambiental e os avanços tecnológicos têm impulsionado esses países a adotar estratégias inovadoras, como a diplomacia digital, para preservar sua visibilidade, representação e soberania. Nesse contexto, Tuvalu desponta como um exemplo paradigmático de resiliência e adaptação, antecipando uma reconfiguração mais ampla nas Relações Internacionais. A diplomacia digital deixa de ser um recurso complementar para se consolidar como uma nova forma de existência estatal no século XXI. Nos próximos tópicos, serão aprofundados os fundamentos conceituais dessa prática, suas origens, implicações e exemplos concretos que evidenciam seu papel transformador no sistema internacional.

3. DIPLOMACIA DIGITAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As inovações tecnológicas das últimas décadas mudaram profundamente a forma como os Estados se comunicam, negociam e constroem sua imagem no cenário internacional. Nesse novo contexto, a diplomacia digital surge como uma resposta às novas formas de interação global, integrando tecnologias da informação, redes sociais e plataformas virtuais ao exercício tradicional da diplomacia. Mais do que um complemento às práticas convencionais, ela vem transformando a maneira como os governos moldam narrativas, se conectam com públicos variados e defendem seus interesses estratégicos.

Neste capítulo, busca-se entender melhor o que é a diplomacia digital no campo das Relações Internacionais, refletindo sobre sua origem, suas principais características e o impacto que ela tem gerado na atuação dos Estados. Para organizar essa discussão, começaremos olhando para o desenvolvimento histórico do conceito e os primeiros marcos que ajudaram a definir essa nova prática. Em seguida, será importante examinar as ferramentas e práticas digitais que os governos têm adotado para fortalecer sua presença e comunicação no ambiente virtual. Por fim, também serão discutidas as possibilidades e os desafios que acompanham essa transformação — como o acesso desigual às tecnologias, o problema da desinformação e as vulnerabilidades ligadas à segurança digital. Ao longo do capítulo, a ideia é mostrar como a diplomacia digital deixou de ser apenas uma tendência e passou a se firmar como um pilar estratégico nas relações internacionais contemporâneas.

3.1 Origens e Definições da Diplomacia Digital

O conceito de diplomacia digital surgiu em resposta às transformações geradas pelas tecnologias da informação e comunicação nas relações internacionais. Tal fenômeno reflete a necessidade dos Estados de se adaptarem à nova realidade sociotécnica, na qual as interações humanas e institucionais passaram a ocorrer em ambientes digitais, desafiando as práticas tradicionais da diplomacia. De acordo com Bjola (2015),

A diplomacia digital pode ser definida, de maneira ampla, como o uso das mídias sociais para fins diplomáticos, alterando práticas tradicionais de gestão de informação, diplomacia pública, planejamento estratégico e negociação internacional" (Bjola; Holmes, 2015, p. 2).

Esta definição sublinha o caráter inovador das tecnologias digitais e destaca seu impacto profundo sobre a maneira como os atores estatais se comunicam, constroem relações e projetam poder no cenário internacional contemporâneo.

Entretanto, embora sua influência no presente seja inegável, a diplomacia digital não surgiu de forma abrupta. Sua consolidação foi fruto de um processo gradual, que acompanhou a popularização das mídias sociais e a intensificação das dinâmicas globais de comunicação em tempo real. Conforme assinalam Bjola e Holmes (2015), a diplomacia digital configura uma verdadeira transformação na prática diplomática, embora tenha ocorrido de maneira mais lenta em relação às mudanças já consolidadas no âmbito empresarial e nas interações sociais (Bjola; Holmes, 2015). Essa observação ressalta que, enquanto o setor privado e os indivíduos comuns rapidamente incorporaram os recursos digitais, os Estados inicialmente resistiram em alterar

suas estruturas tradicionais, atrasando-se na exploração das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação.

O atraso inicial dos Estados, entretanto, cedeu lugar a um movimento de crescente institucionalização da diplomacia digital, à medida que os governos perceberam o potencial estratégico do ambiente virtual. Atores estatais passaram a utilizar plataformas como Facebook e Twitter para a construção e projeção de suas imagens nacionais (Manor; Segev, 2015). Esse fenômeno, que envolve a "narrativa nacional" no ambiente digital, marca uma ampliação da função diplomática tradicional, incorporando a comunicação estratégica como um elemento central da atuação internacional. Ao moldar sua imagem perante públicos externos, os Estados buscam defender seus interesses mais urgentes e, ao mesmo tempo, trabalhar na construção de uma imagem sólida, capaz de fortalecer a legitimidade e o impacto de suas ações no cenário internacional.

Essa lógica de comunicação digital e construção de imagem torna-se ainda mais evidente no caso de Estados pequenos e vulneráveis, como Tuvalu, cuja sobrevivência e visibilidade internacional dependem de sua capacidade de mobilizar atenção e apoio global. O estudo de caso de Tuvalu, apresentado neste trabalho, evidencia a importância crucial da diplomacia digital como ferramenta para Estados que, diante de ameaças existenciais, buscam ressignificar sua presença no sistema internacional. A decisão de Tuvalu de migrar para o metaverso e estabelecer uma "nação digital" insere-se justamente nessa nova lógica diplomática, onde a construção de narrativas estratégicas e a utilização de plataformas digitais emergem como instrumentos centrais para a preservação da identidade e da soberania nacional.

Além de alterar práticas de comunicação, a diplomacia digital reflete uma transformação estrutural nas interações internacionais, particularmente ao possibilitar a coleta e análise de dados de públicos estrangeiros. Como argumenta Holmes (2015), "a diplomacia digital envolve a coleta e a análise de dados de públicos estrangeiros, permitindo aos Estados monitorar tendências e antecipar mudanças no sistema internacional" (Bjola; Holmes, 2015, p. 5). Essa capacidade de monitoramento e antecipação é essencial para Estados como Tuvalu, que, ao adotar estratégias digitais inovadoras, buscam garantir sua sobrevivência simbólica e exercer influência nos debates globais sobre mudanças climáticas e soberania.

No caso de Tuvalu, a diplomacia digital não se limita à comunicação ou à preservação simbólica da cultura nacional; trata-se de uma estratégia ativa de reinvenção estatal diante do colapso físico iminente. A migração para o metaverso, acompanhada da digitalização de serviços públicos e da manutenção de estruturas governamentais online, representa uma tentativa concreta de assegurar a continuidade funcional do Estado. Ao utilizar o ambiente

digital para recriar sua territorialidade e seus mecanismos administrativos, Tuvalu exemplifica a capacidade transformadora da diplomacia digital em contextos extremos, oferecendo um modelo que desafia as concepções tradicionais sobre o que constitui um Estado soberano.

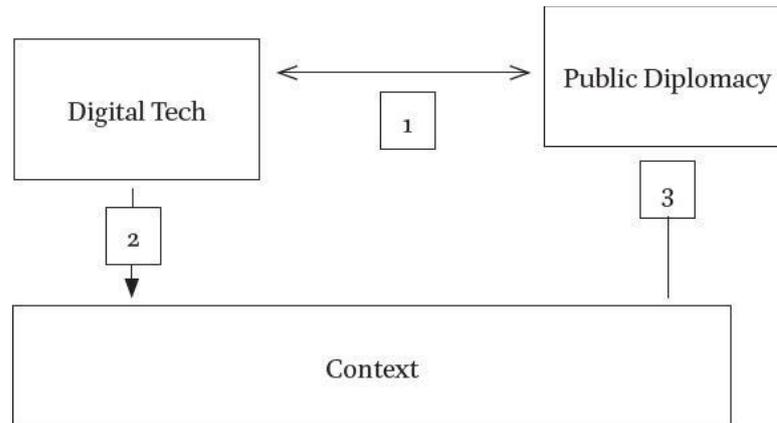
Sendo assim, a diplomacia digital deve ser compreendida como mais do que um simples instrumento de comunicação moderna; ela constitui uma nova prática diplomática capaz de remodelar processos internacionais, influenciar normas jurídicas e garantir a sobrevivência de identidades nacionais em um mundo em rápida transformação. Como evidenciado neste trabalho, a emergência da diplomacia digital impõe a necessidade de revisão dos paradigmas clássicos das Relações Internacionais, incorporando elementos de inovação tecnológica, adaptação institucional e resiliência estratégica.

3.2 Ferramentas e Práticas Digitais

A diplomacia digital não se restringe à sua conceituação teórica; ela se concretiza através de uma série de ferramentas específicas que remodelaram profundamente as práticas diplomáticas modernas. Com a chegada das tecnologias digitais, novas formas de interação internacional começaram a surgir, exigindo dos diplomatas tanto a adaptação às plataformas que foram se popularizando quanto uma compreensão mais profunda das culturas e dinâmicas políticas que circulam nesses ambientes. Nesse sentido, Bjola e Jiang (2015) explicam que diplomatas fazem uso de redes sociais, como Twitter e Facebook, com o objetivo de estabelecer agendas, ampliar sua visibilidade e promover diálogos (Bjola; Jiang, 2015). Essas plataformas, originalmente destinadas ao uso pessoal e social, passaram a ser incorporadas como instrumentos fundamentais para promover a imagem dos Estados, construir narrativas estratégicas e mobilizar apoio da comunidade internacional.

O Twitter, em particular, consolidou-se como uma plataforma de diplomacia direta, caracterizada pela rapidez na disseminação de mensagens e pela interação pública quase imediata. Clarke (2015) exemplifica essa tendência ao analisar perfis diplomáticos britânicos e canadenses, demonstrando que as publicações feitas no Twitter reproduzem práticas convencionais da comunicação governamental, porém adaptadas a um contexto mais ágil e dinâmico (Clarke, 2015).

Figura 7 - Abordagem de informática social para compreender a interação entre tecnologias digitais e diplomacia pública.



Fonte: The Hague Journal of Diplomacy, v. 14, n. 1-2, 2019.

A figura ilustra uma abordagem de informática social que busca compreender a interação entre tecnologias digitais e diplomacia pública dentro de um contexto específico. O diagrama evidencia a influência mútua entre as ferramentas digitais e as práticas diplomáticas (1), ao mesmo tempo em que revela como essas tecnologias são tanto moldadas pelo contexto sociopolítico quanto atuam ativamente na sua transformação (2 e 3). Essa perspectiva é essencial para compreender por que os Estados adotam plataformas globais e, simultaneamente, adaptam suas estratégias digitais às especificidades de cada realidade local.

Outrossim, conforme já foi apresentado, além das redes sociais globais, os sites governamentais continuam a desempenhar um papel central na comunicação oficial dos Estados, funcionando como plataformas estáveis para a disponibilização de informações institucionais, divulgação de iniciativas públicas e realização de campanhas de diplomacia pública (Bjola; Jiang, 2015). Segundo Wichowski (2015), "a resistência inicial à transparência digital nas diplomacias tradicionais cedeu lugar à percepção de que a abertura pode fortalecer a segurança nacional ao engajar cidadãos e parceiros estratégicos de forma mais direta" (Wichowski, 2015, p. 52-70). A transparência, antes vista como vulnerabilidade, é hoje reconhecida como oportunidade para fortalecer laços diplomáticos e construir redes de apoio internacional, elementos essenciais para Estados que buscam maior visibilidade e legitimidade.

No contexto de Tuvalu, a incorporação dessas ferramentas digitais revelou-se uma estratégia essencial de sobrevivência e projeção internacional. A utilização das redes sociais, com destaque para o YouTube, revela uma escolha estratégica por parte de Tuvalu para ampliar sua visibilidade internacional. A plataforma foi empregada como espaço privilegiado para compartilhar vídeos impactantes e construir uma narrativa visual que sensibilizasse a opinião pública global.

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre diplomacia digital e sua eficácia enquanto instrumento de visibilidade internacional para pequenos Estados, foi elaborada uma tabela comparativa entre os vídeos publicados pelo então ministro das Relações Exteriores de Tuvalu, Simon Kofe, e o jornal britânico *The Guardian*, nas conferências do clima COP26, COP27 e COP28. A comparação permite observar de forma concreta como uma mesma mensagem — ao ser veiculada por diferentes emissores e canais de comunicação — pode alcançar públicos distintos, gerar níveis variados de engajamento e influenciar a percepção global sobre a situação de vulnerabilidade de Tuvalu.

A tabela abaixo foi construída a partir de dados extraídos diretamente das plataformas de hospedagem dos vídeos, contendo informações sobre o número de visualizações, curtidas e comentários. O jornal britânico *The Guardian* foi selecionado como fonte para análise dos vídeos devido ao seu alcance internacional e credibilidade. Trata-se de um dos principais veículos de notícias globais, com audiência expressiva e reputação consolidada na cobertura de questões ambientais. Ao divulgar os pronunciamentos de Tuvalu, o *Guardian* assegura que as mensagens do país atinjam um público global diversificado, ampliando o impacto da diplomacia digital tuvaluana. Além disso, a associação a um veículo de prestígio internacional confere legitimidade adicional à sua narrativa.

Por esse motivo, foi realizada uma análise de sentimento qualitativa com base nos 100 comentários mais curtidos dos vídeos publicados pelo *Guardian*, uma vez que os vídeos originalmente divulgados por Simon Kofe apresentam, em sua maioria, comentários desativados e um alcance significativamente menor. A escolha dessa fonte, portanto, permite avaliar com maior precisão as reações de uma audiência internacional ampla e engajada, reforçando sua relevância estratégica.

Tabela 1 – Comparação entre vídeos de Simon Kofe e *The Guardian* nas COP26, COP27 e COP28.

Conferência	Canal	Visualizações	Curtidas	Comentários	Média de sentimento
COP26	Simon Kofe	23.000	329	22	–
COP26	The Guardian	978.000	25.000	3.169	0,09
COP27	Simon Kofe	54.000	779	Desativados	–
COP27	The Guardian	459.000	11.000	1.440	0,04
COP28	Simon Kofe	8.300	234	20	–
COP28	The Guardian	Indisponível	Indisponível	Indisponível	N/D

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para analisar o sentimento dos comentários mais curtidos nos vídeos, cada mensagem foi codificada manualmente segundo seu tom geral. Comentários que expressam apoio explícito, empatia ou solidariedade foram classificados como positivos (+1); aqueles meramente informativos ou sem carga emocional aparente receberam código neutro (0); e comentários que contêm ceticismo, humor depreciativo ou minimizam a situação de Tuvalu foram classificados como negativos (–1). Esta escala tríplice simplificada permite captar qualitativamente a polaridade das reações do público. A codificação manual foi escolhida para capturar nuances linguísticas – incluindo ironias e gírias – que ferramentas automatizadas podem não identificar. Em seguida, calculou-se a média aritmética das pontuações atribuídas a cada vídeo. Valores próximos de zero indicam reação em geral neutra ou balanceada; valores positivos (entre 0,01 e 1,00) sugerem tendência favorável (empatia, apoio etc.); e valores negativos (entre –0,01 e –1,00) sinalizam predominância de respostas desfavoráveis. Nos vídeos analisados do *The Guardian*, as médias de 0,09 (COP26) e 0,04 (COP27) apontam para leve prevalência de comentários positivos com teor solidário a Tuvalu.

Dessa forma, para ilustrar qualitativamente essa tendência, apresenta-se, a seguir, a *Tabela 2*, que reúne uma amostra representativa com dez comentários extraídos da análise dos 100 mais curtidos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das reações do público às estratégias de diplomacia digital adotadas nas referidas conferências.

Tabela 2 – Análise de sentimento dos comentários mais curtidos dos vídeos do *The Guardian* nas COP26 e COP27.

Conferência	Comentário (traduzido)	Curtidas	Classificação
COP26	Tuvalu: “Estamos afundando!” Países do primeiro mundo: “Ok, mas como isso afeta nossa economia?”	8502	+1
COP26	O pensamento assustador é que esse país pode não existir em 50 anos.	8331	+1
COP26	Isso aqui é um verdadeiro “gigachad”, ele está fazendo o melhor para salvar sua nação.	6543	+1
COP26	Esse é o cara que tirou um A+ na aula de comunicação.	5656	+1
COP26	Finalmente alguém que não tem 70 anos.	4009	0
COP27	Isso me transmite uma era distópica.	8656	0
COP27	Esse homem entendeu que as grandes potências não farão nada a menos que isso as afete diretamente.	6127	+1
COP27	Estou sentindo umas vibrações de futuro distópico vindas disso aqui.	4115	0
COP27	Primeiro quis rir, mas esse cara está falando sério. Esse é o nível do desespero.	3410	+1
COP27	Eu entendo a situação deles com o nível do mar, mas isso pareceu um projeto de estudante.	2767	-1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados evidencia que, embora os vídeos publicados diretamente por Simon Kofe tenham obtido uma repercussão considerável dentro dos limites de um canal institucional de pequeno porte — com pouco mais de 500 inscritos —, o alcance e o nível de engajamento aumentaram de forma expressiva quando a mesma mensagem foi divulgada por um veículo de maior visibilidade internacional. O caso do vídeo da COP26 é emblemático: enquanto a publicação no canal do então ministro das Relações Exteriores de Tuvalu atingiu cerca de 23 mil visualizações, a versão veiculada pelo jornal britânico *The Guardian* ultrapassou 978 mil visualizações, demonstrando o poder amplificador de plataformas midiáticas consolidadas na disseminação de mensagens diplomáticas e humanitárias.

Essa disparidade evidencia a importância das parcerias midiáticas na difusão de mensagens diplomáticas de pequenos Estados. Conforme argumenta Bjola (2015), a diplomacia digital envolve não apenas a produção de conteúdo, mas também a sua circulação e recepção em esferas globais, e o engajamento gerado em plataformas como YouTube pode ser compreendido como um indicativo de influência simbólica e construção de legitimidade internacional (Bjola; Holmes, 2015).

No contexto da diplomacia digital de Tuvalu, esses dados demonstram a força simbólica dessas estratégias. A imagem do então ministro Simon Kofe discursando com água até os joelhos durante a COP26 ganhou projeção internacional e foi amplamente compartilhada como um alerta visual sobre os riscos concretos do aquecimento global. O gesto reuniu simplicidade e impacto, chamando a atenção da comunidade internacional para a vulnerabilidade dos pequenos Estados insulares diante da crise climática (Rothe, 2024). Essa iniciativa ajudou Tuvalu a se destacar no debate global, utilizando os recursos da diplomacia digital para construir uma narrativa de resistência.

Na COP27, Simon Kofe ampliou essa abordagem ao apresentar a proposta de transformar Tuvalu na primeira nação digital do mundo. A iniciativa consiste em criar uma réplica do país no metaverso, preservando sua geografia, identidade cultural e institucionalidade em um ambiente virtual (Kofe, 2021). A proposta surge como uma tentativa de garantir a continuidade da existência nacional diante da ameaça iminente da submersão territorial. Segundo Rothe (2024), esse projeto representa uma das ações mais inovadoras da diplomacia digital e reflete o esforço de Tuvalu para permanecer presente no cenário internacional, mesmo em condições extremas (Rothe, 2024). Ao recorrer às tecnologias digitais, o país busca preservar sua soberania e manter viva a memória coletiva de seu povo, ainda que o território físico esteja em risco.

Nesse sentido, a migração para o metaverso simboliza uma ampliação das práticas de diplomacia digital já utilizadas por pequenos Estados. A partir da concepção previamente discutida de Park e Kin (2022), que definem o metaverso como um ambiente virtual tridimensional que transcende o universo físico, compreende-se que esse espaço digital oferece condições para que interações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorram por meio de avatares em tempo real e em ambientes tridimensionais. Essa possibilidade de atuação no ciberespaço, anteriormente restrita à ficção científica (Gibson, 1984), ganha novos contornos ao ser incorporada como instrumento diplomático por países como Tuvalu.

Essa proposta de Tuvalu está alinhada à noção de “comunidade imaginada” desenvolvida por Benedict Anderson (2008), que compreende a nação como uma construção simbólica, compartilhada por indivíduos que se percebem como parte de um mesmo corpo político, mesmo sem contato direto entre si (Anderson, 2008), a manutenção de um espaço digital onde a memória coletiva, a língua, os símbolos nacionais e os serviços públicos estejam preservados configura-se como uma estratégia para a continuidade da soberania simbólica e cultural de Tuvalu.

Além disso, a criação de um Estado digital representa uma mudança importante, deixando de depender apenas de territórios físicos e passando a se basear em trocas de informações no ambiente virtual. Negroponte (1995) aponta que vivemos a passagem do mundo dos átomos para o mundo dos bits, na qual a informação se desmaterializa, permitindo que relações humanas e processos sociais se estabeleçam de forma desterritorializada (Negroponte, 1995). Essa transformação é intensificada pela noção de ciberespaço desenvolvida por William Gibson, que define esse ambiente virtual como uma

Alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças aprendendo altos conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz abrangendo o não-espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como marés de luzes da cidade (Gibson, 1984, p. 67).

Para Gibson, o ciberespaço é mais do que um ambiente técnico: é um espaço simbólico e social onde interações, identidades e comunidades se constroem e se consolidam. Essa concepção dialoga com a visão geográfica de Milton Santos, que entende o território não apenas como um suporte físico, mas como uma construção sociotécnica composta por redes e fluxos (Santos, 1996). Segundo o autor, o território pode ser compreendido como uma articulação inseparável entre sistemas de objetos e sistemas de ações, o que permite entender os ambientes digitais como territórios legítimos, mesmo sem fronteiras físicas claramente delimitadas (Santos, 1996). A integração dessas perspectivas evidencia que os espaços digitais podem ser

apropriados pelos Estados como novas formas de presença e soberania, ampliando sua atuação para além dos limites geográficos tradicionais.

Dessa forma, a movimentação tecnológica se conecta a um fenômeno mais amplo observado por Farbotko (2010), segundo o qual pequenos Estados insulares vêm transformando sua vulnerabilidade climática em um instrumento de atuação estratégica no cenário internacional. Em vez de adotar uma postura passiva diante das ameaças existenciais, Tuvalu vem utilizando as redes digitais como aliadas para reconfigurar sua imagem global (Farbotko, 2010). Ao investir em plataformas virtuais, como o Youtube e o metaverso, o país constroi uma narrativa baseada na inovação e na resistência, demonstrando que sua identidade não depende unicamente da presença física, mas pode ser afirmada e vivida também em espaços digitais, reforçando o argumento central deste trabalho: a diplomacia digital tem potencial para redesenhar as fronteiras da representação internacional de Estados vulneráveis.

3.3 Oportunidades e Limites

A diplomacia digital apresenta uma gama significativa de oportunidades para a atuação internacional dos Estados, especialmente em um cenário global cada vez mais interconectado e mediado pelas tecnologias da informação. De acordo com relatório da ESRI - Environmental Systems Research Institute (2022), o emprego de plataformas digitais torna o acesso à informação mais acessível, possibilitando que países com recursos limitados ou de menor porte fortaleçam sua atuação no cenário internacional sem depender dos elevados custos associados à diplomacia tradicional (ESRI, 2022). Essa característica representa uma verdadeira transformação no campo diplomático, rompendo com a lógica hierárquica anterior e oferecendo aos pequenos Estados novos caminhos para garantir visibilidade, influência e participação ativa em debates internacionais.

Essa democratização é particularmente relevante para realidades como a de Tuvalu, que enfrenta severas limitações econômicas e geográficas para manter uma presença diplomática física tradicional. Utilizando redes sociais e ambientes digitais, como o metaverso, Tuvalu conseguiu se posicionar no centro do debate climático. A performance simbólica do ministro Simon Kofe na COP26, em que discursou com água até os joelhos, viralizou nas redes e atraiu atenção mundial, despertando empatia e apoio de diversos setores, como governos, ONGs e movimentos de justiça climática. Esse tipo de ação exemplifica uma forma de diplomacia pública digital, na qual recursos visuais e narrativas emocionais são usados como ferramentas de engajamento nas arenas globais (Bjola; Holmes, 2015).

Uma das características mais relevantes da diplomacia digital é justamente essa possibilidade de comunicação direta com públicos diversos. Diferente das práticas diplomáticas tradicionais, mais burocráticas, a atuação digital permite respostas rápidas, diálogo e maior capacidade de mobilização. Para Tuvalu, esse contato direto ajudou a construir uma narrativa de vulnerabilidade e resistência frente às mudanças climáticas. Segundo Bjola e Holmes (2015), essa abordagem contribui para estabelecer relações baseadas em legitimidade e confiança (Bjola; Holmes, 2015).

Apesar do alcance simbólico e da visibilidade conquistada, a execução de uma estratégia digital tão ambiciosa, como a proposta tuvaluana de criar uma “nação digital”, envolve desafios consideráveis. A soberania digital ainda é um conceito não reconhecido pelo direito internacional, e a existência de um Estado sem território físico carece de normas que deem respaldo jurídico a essa nova realidade. Além disso, a iniciativa depende de plataformas digitais controladas por empresas privadas, como Meta e Epic Games, o que compromete a autonomia e a independência estatal no ambiente virtual (Rothe et al., 2024).

Outro ponto crítico diz respeito às barreiras técnicas e estruturais. A diplomacia digital exige conectividade, infraestrutura adequada e pessoal qualificado, o que nem sempre está disponível em Estados insulares e em desenvolvimento. A disparidade no acesso às tecnologias gera um “fosso digital” entre os Estados. Murray (2015) exemplifica que nações com infraestrutura tecnológica mais desenvolvida, como os Estados Unidos, conseguem elaborar estratégias digitais mais consolidadas, ao passo que outras, como a Austrália, ainda lidam com obstáculos de ordem estrutural (Murray, 2015). Essa disparidade tecnológica limita a eficácia das estratégias digitais. Mesmo quando produzem conteúdos impactantes, como os vídeos do ministro Kofe, países como Tuvalu ainda dependem de parcerias com grandes veículos de mídia para garantir maior alcance.

Além das limitações tecnológicas, a atuação digital está sujeita a riscos como ataques cibernéticos, vazamentos e manipulação de dados. Esses desafios são ainda mais preocupantes para um país que aposta sua continuidade no ambiente digital. Como alerta Wichowski (2015), a diplomacia tradicional era pautada pela confidencialidade, enquanto o espaço digital está exposto a ameaças constantes. Para garantir a viabilidade do projeto tuvaluano, é preciso investir em segurança da informação, proteção de dados sensíveis e resiliência contra a desinformação (Wichowski, 2015).

Outro obstáculo relevante é a superficialidade do engajamento online. Muitas vezes, as reações às campanhas digitais se limitam a curtidas e compartilhamentos, sem gerar ações políticas concretas. Esse comportamento tem sido chamado de “*slacktivism*”:

O *slacktivism* é um neologismo composto pelas palavras *slacker* (preguiçoso) e *activism* (ativismo), e é utilizado para denominar um tipo de ativismo online em que o cidadão continua com suas atividades habituais e sua participação se limita a ações mínimas, como dar um “curtir” ou compartilhar algum conteúdo por meio de suas redes sociais (García, 2017, p. 151).

Esse tipo de engajamento tem se tornado comum em muitas esferas da vida pública, inclusive na forma como países e causas buscam apoio internacional. Embora a análise de sentimento dos vídeos da COP tenha revelado reações majoritariamente positivas, com mensagens de empatia e solidariedade, isso não garante a mobilização de recursos, nem a implementação de políticas públicas capazes de enfrentar, de fato, os riscos existenciais enfrentados por Tuvalu. O problema é que a sensação de engajamento gerada por esses gestos rápidos pode dar a impressão de que algo foi feito, quando, na prática, pouca coisa muda. Bjola e Holmes (2015) chamam atenção justamente para isso, eles alertam que a dependência de métricas digitais, como curtidas, retuítes e visualizações, pode esconder uma verdade incômoda: muitas vezes, não há mudanças reais acontecendo nos bastidores diplomáticos (Bjola; Holmes, 2015).

Mesmo do ponto de vista ambiental, a estratégia digital levanta questões complexas. A criação e manutenção de ambientes imersivos como o metaverso consome grandes quantidades de energia. Um estudo da Accenture (2023) — empresa global de consultoria de gestão e tecnologia da informação —, relata que tecnologias imersivas em larga escala podem multiplicar por mil o consumo energético atual dos centros de dados (Accenture, 2023). Isso gera uma contradição evidente: a digitalização do Estado, proposta como resposta à crise climática, pode acabar contribuindo para o agravamento do próprio problema que busca combater.

Portanto, a experiência de Tuvalu mostra que, embora a diplomacia digital ofereça caminhos inovadores para garantir presença e voz no cenário internacional, ela está longe de ser uma solução definitiva. Os desafios técnicos, jurídicos, políticos e ambientais que envolvem a construção de uma “nação digital” são múltiplos e exigem mais do que inovação tecnológica. É necessário planejamento estratégico, cooperação internacional e reflexão crítica sobre as reais possibilidades de preservação da soberania e da identidade nacional num mundo onde o físico e o virtual se entrelaçam de forma cada vez mais complexa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro.” Essa declaração da *Carta da Terra* (2000) sintetiza a gravidade do impasse que enfrentamos: uma crise climática que compromete a viabilidade de Estados inteiros. O caso de Tuvalu revela como os efeitos do colapso ambiental são profundamente atravessados por legados históricos de desigualdade e exploração. Como alertou o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'* (2015, n. 2), a humanidade cultivou uma relação predatória com o planeta, marcada pela ilusão de domínio absoluto sobre a natureza e pela legitimação da sua degradação. Esse histórico de desequilíbrio molda as vulnerabilidades contemporâneas e amplia as injustiças enfrentadas por países que, como Tuvalu, contribuíram minimamente para o aquecimento global, mas enfrentam suas consequências mais severas. Nesse cenário, o presente estudo buscou refletir sobre a viabilidade das estratégias de diplomacia digital e da migração para o metaverso como formas emergentes de resistência política, preservação cultural e afirmação da soberania frente à ameaça existencial representada pela elevação do nível do mar.

A pesquisa teve como objetivo analisar criticamente o papel da diplomacia digital e do metaverso enquanto mecanismos de reinvenção do Estado tuvaluano, investigando suas potencialidades e limitações dentro das normas tradicionais do direito internacional e das dinâmicas contemporâneas das Relações Internacionais. Os principais resultados apontaram que, embora a diplomacia digital ofereça visibilidade simbólica e potencial de engajamento global — especialmente através de performances como a do então ministro Simon Kofe em conferências climáticas —, ela carece de respaldo jurídico efetivo quando desvinculada de um território físico. A proposta de criação de uma “nação digital” no metaverso representa um esforço criativo de continuidade simbólica, mas esbarra em obstáculos estruturais, como a falta de infraestrutura tecnológica adequada, a dependência de plataformas privadas e o não reconhecimento da soberania digital por parte da comunidade internacional.

Observou-se que o metaverso, enquanto espaço de representação identitária e diplomática, permite certo grau de atuação geopolítica para pequenos Estados, operando como uma arena alternativa de visibilidade e resistência. No entanto, sua eficácia material é limitada pela ausência de critérios jurídicos que reconheçam entidades exclusivamente digitais como sujeitos de direito internacional. Ademais, o fenômeno do *slacktivism* — ativismo simbólico e superficial nas redes — e os altos custos energéticos das tecnologias imersivas levantam questionamentos sobre a real sustentabilidade e alcance dessas soluções. A diplomacia digital,

embora valiosa, não substitui a ação climática concreta nem resolve as desigualdades históricas que tornam países como Tuvalu mais expostos à crise ambiental.

Este trabalho contribui para o campo das Relações Internacionais ao destacar a importância de repensar os conceitos de soberania, território e agência diplomática em um cenário global cada vez mais digitalizado. A experiência de Tuvalu lança luz sobre a necessidade de adaptar os marcos normativos da ordem internacional para acomodar as transformações tecnológicas e ambientais que afetam diretamente a existência dos Estados. Pequenos países insulares, frequentemente marginalizados nos processos decisórios globais, emergem como protagonistas na formulação de narrativas de justiça climática e inovação diplomática. Assim, Tuvalu deixa de ser apenas vítima do colapso ambiental e passa a desempenhar um papel ativo na reinvenção da prática diplomática e das categorias fundantes do sistema internacional.

Como perspectivas para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento da análise comparativa com outros pequenos Estados insulares, como Maldivas, Kiribati e Ilhas Marshall, que enfrentam desafios semelhantes. Além disso, recomenda-se a investigação do impacto de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, blockchain e computação espacial, na redefinição das práticas diplomáticas e na constituição de novas formas de autoridade e governança transnacional. A compreensão das implicações éticas, jurídicas e ambientais do uso dessas tecnologias é fundamental para a formulação de uma diplomacia verdadeiramente inclusiva, resiliente e sustentável.

Por fim, este estudo reforça a necessidade de que as Relações Internacionais incorporem de maneira mais crítica e integrada a interdependência entre tecnologia, meio ambiente e soberania. O caso de Tuvalu evidencia que os desafios do século XXI não podem ser enfrentados com as ferramentas do passado. É imperativo construir uma diplomacia que, ao reconhecer as fronteiras líquidas entre o físico e o digital, não perca de vista os princípios de justiça, solidariedade e preservação planetária que deveriam orientar a convivência internacional. O futuro das nações e da humanidade, dependerá, cada vez mais, da nossa capacidade coletiva de reinventar a própria ideia de existência política em um mundo em transformação.

REFERÊNCIAS

- ACCENTURE. **Meet Me in the Metaverse: The Continuum of Technology and Experience Reshaping Business**. Brasil: Accenture, 2023. Disponível em: <https://www.accenture.com/br-pt> Acesso em: 13 maio 2025.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APÚBLICA. **Tuvalu: a distopia digital do país em naufrágio** - Outras Palavras. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/tuvalu-a-distopia-digital-do-pais-em-naufragio/?utm_source. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BJOLA, Corneliu. **Exploring the Metaverse and Its Implications for Digital Diplomacy**. Disponível em: <https://uscpublicdiplomacy.org/blog/exploring-metaverse-and-its-implications-digital-diplomacy>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BJOLA, Corneliu; HOLMES, Marcus. **Digital Diplomacy: Theory and Practice**. London: Routledge, 2015.
- BJOLA, Corneliu; JIANG, Lu. **Social media and public diplomacy: a comparative analysis of the digital diplomatic strategies of the EU, US and Japan in China**. 2015. p. 71-88.
- CARTA DA TERRA. Preâmbulo. Disponível em: <https://cartadaterrainternacional.org/leia-a-carta-da-terra/a-carta-da-terra/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- CLARKE, Amanda. **Business as usual? An evaluation of British and Canadian digital diplomacy as policy change**. 2015. p. 111-126.
- CONVENÇÃO DE MONTEVIDÉU sobre os Direitos e Deveres dos Estados. Montevideu, 1933. Disponível em: https://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/convencao_sobre_direitos_e_deveres_dos_estados-12.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.
- ESRI. **Diplomacia Digital: Uma nova disciplina e possibilidade**. ESRI Portugal, 2022. Disponível em: <https://www.esriportugal.pt>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- EURONEWS. **Tuvalu is recreating itself in the metaverse as climate change threatens to wipe it off the map**. 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/next/2022/11/23/tuvalu-is-recreating-itself-in-the-metaverse-as-climate-change-threatens-to-wipe-it-off-th>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- FARBOTKO, C.; LAZRUS, H. **The first climate refugees? Contesting global narratives of climate change in Tuvalu**. *Global Environmental Change*, v. 22, n. 2, p. 382-390, 2012.
- FRANCISCO. **Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 13 maio 2025.
- GARCÍA-ESTÉVEZ, Noelia. **Origen, evolución y estado actual del activismo digital y su compromiso social. Ciberactivismo, hacktivismo y slacktivismo**. Sevilla: Universidad de Sevilla, COMPOLITICAS, 2017.

GIBSON, William. *Neuromancer*. New York: Ace Books, 1984.

GLOBO. "Passei a ter medo de viver em minha própria terra": conheça Tuvalu, país ameaçado que planeja ser a primeira nação digital. O Globo, 12 fev. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/12/passei-a-ter-medo-de-viver-em-minha-propria-terra-conheca-tuvalu-pais-ameacado-que-planeja-ser-a-primeira-nacao-digital.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HARVEY, Fiona; MORTON, Adam; NOOR, Dharna; CARRINGTON, Damian. **Cop29 agrees \$1.3tn climate finance deal but campaigners brand it a ‘betrayal’**. The Guardian, Londres, 24 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2024/nov/23/cop29-agrees-13tn-climate-finance-deal-but-campaigners-brand-it-a-betrayal>. Acesso em: 07 maio 2025.

KITARA, Taukiei. **Climate change and Tuvalu's sovereignty**. *Chain Reaction*, n. 137, p. 20–21, 2019. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/10.3316/ielapa.814192016449232>. Acesso em: 12 abr. 2025.

KOFE, Simon. **Minister Kofe's video statement: COP26**. [S.l.]: Canal Simon Kofe, 2021. Vídeo (1min36s). Disponível em: <https://youtu.be/hpPTFGwFExg?si=TV-kaCMFwplcUOep>. Acesso em: 07 maio 2025.

KOFE, Simon. **Rising sea levels force Tuvalu to move to the Metaverse: COP27 speech**. [S.l.]: Canal Simon Kofe, 2022. Vídeo (1min31s). Disponível em: <https://youtu.be/IXpeO5BgAOM?si=2VOUkfap-ub2y9Hp>. Acesso em: 07 maio 2025.

KOFE, Simon. **The First Digital Nation COP28 Update**. [S.l.]: Canal Simon Kofe, 2023. Vídeo (1min21s). Disponível em: <https://youtu.be/m0KoYarxX3E?si=1-0AwU001hGQUkQQ>. Acesso em: 07 maio 2025.

KOFE, S. **Tuvalu's Future Now Project: preparing for climate change in the worst-case scenario**. Disponível em: <https://devpolicy.org/tuvalu-preparing-for-climate-change-in-the-worst-case-scenario-20211110/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

LETÍCIA MESSIAS. "Passei a ter medo de viver em minha própria terra": Conheça Tuvalu, país ameaçado que planeja ser a primeira nação digital. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/12/passei-a-ter-medo-de-viver-em-minha-propria-terra-conheca-tuvalu-pais-ameacado-que-planeja-ser-a-primeira-nacao-digital.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2025.

NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOSCO, Vincent. *The Digital Sublime: Myth, Power, and Cyberspace*. Cambridge: MIT Press, 2004.

MURRAY, Stuart. **Evolution, not revolution: the digital divide in American and Australian contexts**. London: Routledge, 2015. p. 127-145.

PARK, Sang-Min; KIM, Young-Gab. **A Metaverse: Taxonomy, components, applications, and open challenges**. *IEEE Access*, v. 10, p. 4209-4251, 2022.

REUTERS. **Commonwealth leaders say sinking nations should keep their maritime boundaries**. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/commonwealth-leaders->

[say-sinking-nations-should-keep-their-maritime-boundaries-2024-10-26/](#). Acesso em: 6 abr. 2025.

ROCHA, R. et al. **Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais**. [S.l.]: Leya, 2022.

ROTHER, Delf; BOAS, Ingrid; FARBOTKO, Carol; KITARA, Taukiei. **Digital Tuvalu: state sovereignty in a world of climate loss**. *International Affairs*, v. 100, n. 4, p. 1491–1509, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iaae060>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

THE COMMONWEALTH. Facts. Disponível em: <https://thecommonwealth.org/about/facts>. Acesso em: 9 abr. 2025.

THE GUARDIAN. **Cop29: Climate finance deal agreed but talks remain deeply divided - as it happened**. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/live/2024/nov/23/cop29-talks-go-into-overtime-as-countries-wrangle-over-finance-deal-live-coverage>. Acesso em: 28 abr. 2025.

THE GUARDIAN. **'We are sinking': Tuvalu minister gives Cop26 speech standing in water to highlight sea level rise**. [S.l.]: The Guardian, 2021. Vídeo (1min12s). Disponível em: <https://youtu.be/jBBsv0QyscE?si=igHB-F10Io6J1wUU>. Acesso em: 07 maio 2025.

THE GUARDIAN. **'First digital nation': Tuvalu turns to metaverse as rising seas threaten existence**. [S.l.]: The Guardian, 2022. Vídeo (1min34s). Disponível em: https://youtu.be/f6m3-HHuoiI?si=2axe_6ZCQQEf9A2f. Acesso em: 07 maio 2025.

THE HAGUE JOURNAL OF DIPLOMACY. **Debating Public Diplomacy: Now and Next**. *The Hague Journal of Diplomacy*, Leiden: Brill | Nijhoff, v. 14, n. 1-2, 2019. ISSN 1871-1901. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/hjd/14/1-2/hjd.14.issue-1-2.xml>. Acesso em: 2 maio 2025.

TUVALU. **The Constitution of Tuvalu Act 2023**. Funafuti: Government of Tuvalu, 2023. Disponível em: https://tuvalu-legislation.tv/cms/images/LEGISLATION/PRINCIPAL/1986/1986-0001/1986-0001_2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

WICHOWSKI, Alexis. **'Secrecy is for losers': why diplomats should embrace openness to protect national security**. 2015. p. 52-70.

WORLD BANK. **Climate Change Knowledge Portal**. Disponível em: <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/tuvalu/impacts-sea-level-rise>. Acesso em: 10 abr. 2025.

ANEXOS – Vídeos das COPs

ANEXO A – Vídeo da COP26 – Discurso de Simon Kofe



Disponível em: <https://youtu.be/hpPTFGwFExg>
Acesso em: 07 maio 2025.

ANEXO B – Vídeo da COP27 – Discurso sobre a Nação Digital



Disponível em: <https://youtu.be/IXpeO5BgAOM>
Acesso em: 07 maio 2025.

ANEXO C – Vídeo da COP28 – Atualização do Projeto Digital



Disponível em: <https://youtu.be/m0KoYarxX3E>
Acesso em: 07 maio 2025.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que melhor resume o sentimento de encerrar esta etapa tão intensa da minha vida. No entanto, para chegar até aqui, enfrentei inúmeros desafios, desde o início da produção deste trabalho, lidei com a frustração de ter sido abandonado pelo meu primeiro orientador, que havia se oferecido para me acompanhar. Isso causou atrasos significativos e abalou minha confiança. Além disso, conciliar os estudos com um trabalho que consome praticamente todo o meu tempo me obrigou a escrever e pesquisar durante madrugadas cansativas. O processo foi emocionalmente exaustivo, desencadeando crises de ansiedade e afetando profundamente minha paz. Finalizar este TCC, portanto, representa não apenas uma conquista acadêmica, mas um verdadeiro alívio e superação pessoal.

Porém, mesmo diante das dificuldades, encontrei apoio em pessoas que foram fundamentais para que eu não desistisse. Cada gesto de carinho, incentivo e presença foram essenciais para reconstruir minha motivação e seguir em frente, mesmo quando tudo parecia desmoronar.

Tive a sorte de contar com pessoas extraordinárias nessa trajetória. Começo agradecendo, com todo meu amor e reconhecimento, à minha mãe Maria do Socorro. Você foi minha base, minha força e minha família inteira quando precisei. Sua presença incondicional e seu amor constante foram o que me manteve firme nos momentos mais difíceis. Tudo que conquistei até aqui carrega a sua marca.

Sou imensamente grato à Rúbia Matuto, que sempre acreditou no meu potencial e me ajudou concretamente em todas as fases da minha vida acadêmica. Desde o intercâmbio em 2018 até os períodos mais incertos, como durante a pandemia, sua generosidade financeira e apoio humano foram decisivos para que eu seguisse estudando. Inclusive, sem a sua ajuda, eu não teria conseguido nem morar em João Pessoa e tudo seria diferente. Obrigado por nunca ter deixado de acreditar em mim.

À minha orientadora, Vanessa, minha profunda admiração e respeito. Mesmo diante das dificuldades que o processo já apresentava, você me acolheu e aceitou o desafio de me orientar. Sua dedicação, seu olhar atento e sua capacidade de transformar o complexo em possível foram fundamentais para que este trabalho ganhasse a forma que tem hoje. Suas correções foram verdadeiras lições e cada orientação contribuiu imensamente para o resultado final.

Ao meu namorado Jardel, minha gratidão pelo companheirismo em todos os momentos, dos mais leves aos mais turbulentos. Sua presença constante e apoio emocional me deram força quando pensei em desistir. Ter você ao meu lado foi essencial. Também agradeço com carinho aos meus colegas de turma, durante esse percurso, tive o privilégio de conhecer pessoas incríveis, com quem compartilhei aprendizados, dificuldades e conquistas, cada um deixou uma marca especial na minha trajetória.

E, por fim, agradeço profundamente à memória da minha avó Francisca, que já não está entre nós, mas segue viva em tudo que sou e conquisto. Finalizar este trabalho não foi apenas um objetivo pessoal, mas uma promessa feita a ela, a minha tia Valdilene e à minha mãe, três mulheres que sempre me inspiraram e me motivaram a não desistir. A todas essas pessoas, meu mais sincero e eterno agradecimento.